

1. *Como teve conhecimento dos factos do Maio de 68 em França e que importância lhes atribuiu na altura?*

Em Maio de 1968 – e nos anos seguintes – encontrava-me em Moçambique (desde finais de 64), como bispo de Vila Cabral, capital do Distrito do Niassa, a região mais remota daquela então Província ultramarina, junto à Tanzânia e Malawi. Em 1972, transitei para a Diocese de Sá da Bandeira, em Angola, onde permaneci cinco anos. Só em Abril de 77, regressei a Portugal que deixara de ser Metrópole, por ter ocorrido entretanto a independência política das antigas Colónias ou Províncias ultramarinas.

Encontrei aquela região moçambicana mergulhada na guerrilha, ou guerra colonial, desencadeada no segundo semestre de 64, pouco antes da minha chegada; e alastrava constantemente pelas áreas mais vizinhas dos referidos Países africanos, ou sejam, os Distritos do Cabo Delgado, Niassa, Tete e Zambézia.

Sentia-me muito distante e isolado dos problemas centrados na Europa (Portugal e outros Países), pois só tinha contactos por via aérea – de início, longe de diária – ou através da rádio, nem sempre recebida em boas condições: quer de audição, quer de objectividade. Os jornais e revistas chegavam com muito atraso e irregularidade.

2. *Que é que, em seu entender, desencadeou esse movimento: mal-estar social, razões ideológicas, outras?*

Eu vivera intensamente os problemas e agitação académicos, à volta de 1962, pois exercia, nesse tempo, as funções eclesiais de assistente do Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) e capelão da Universidade de Coimbra. Aqueles causaram grande agitação e foram vividos apaixonadamente, nesta cidade e em Lisboa, mas com menor intensidade no Porto, então as três cidades universitárias de Portugal.

Os rapazes do CADC – tal como as raparigas da Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF), organismo de que também fui assistente – acompanharam, com atenção e calma, mas não pouco empenhamento e algumas intervenções, a evolução dos acontecimentos. Assim ficou documentado na prestigiada revista

* Arcebispo Emérito de Braga. Antigo Bispo de Vila Cabral (Moçambique) e Sá da Bandeira (Angola).

mensal «Estudos» – órgão daquele primeiro Organismo niversitário católico – já então com quarenta anos de meritória existência.

O mal-estar académico nas crises de 1962 e 69 – a deste ano, um pouco como eco da que ocorrera em França e noutros Países da Europa, no anterior – era, em boa parte, sintoma e consequência do ambiente sócio-político vivido em Portugal, criado pela míngua de democracia e os reflexos da guerra colonial, já prolongada por vários anos e sem fim à vista.

3. Que repercussão tiveram os acontecimentos do Maio de 68 na população estudantil portuguesa?

A causa próxima daquela primeira agitação, no decurso do ano escolar de 1961-62, que melhor conheço, foi a promulgação do decreto-lei 40.900, sobre as actividades circum-escolares, fortemente limitativa da liberdade e iniciativa dos estudantes nestas áreas, de que eram particularmente ciosos. A contestação foi rápida e violenta.

Em Lisboa, desempenhou papel primordial na contestação o ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, então dirigente estudantil.

Tanto ali como em Coimbra, houve manifestações generalizadas, com não poucos e escusados excessos, a que a Força pública respondia com redobrada violência.

Nesta cidade, multiplicavam-se as *Assembleias magnas (e Plenários)*, quase sempre dominadas e manobradas por minorias aguerridas e muito politizadas. Decretaram *luto académico*, com consequências várias e altamente significativas: batina ou casaca académica fechada, proibição de pasta com insígnias, ou estas obrigatoriamente recolhidas, suspensão da *Queima das Fitas* (tentou-se fazer o mesmo à *Bênção das Pastas*, o que não foi possível, pela firmeza dos interessados que constituíam a grande maioria dos finalistas, mas com interdição de alguns sinais festivos, no exterior da Capela), implicações com o clube de futebol da *Associação Académica*, ocupação violenta da sede da AAC, após exoneração imposta da respectiva Direcção pelo Governo, assalto à Torre da Universidade, com imobilização dos guardas ou archeiros, arrombamento de portas e toque dos sinos (*cabra e cabrão*) a rebate, tentativa frustrada de boicote às aulas e exames.

O então Reitor da Universidade de Coimbra Prof. Guilherme Braga da Cruz (que viria a exigir a exoneração do cargo, desgostoso com o desenrolar dos acontecimentos, obtida em 30-11-62), como membro da Câmara Corporativa, elaborou um douto e muito sensato parecer, em vista de se alterar o contestado e infeliz decreto-lei; mas o Governo não quis tê-lo em conta. Um grupo de prestigiados professores de Coimbra de diversificadas mentalidades e cores políticas – com destaque para o Doutor Paulo Quintela, muito aceite pelas esquerdas – quis intervir na pacificação, entre estudantes e autoridades governamentais; mas aqueles rejeitaram a mediação.

O impasse persistiu, com mal-estar generalizado, até final do ano lectivo.

4. *E que reflexos teve nos movimentos estudantis de que tem conhecimento?*

O CADC – com uma eficiente Direcção, presidida pelo Nicolau Vasconcelos Raposo, mais tarde professor catedrático – manteve sempre uma atitude firme e equilibrada. Nesse delicado ambiente, realizaram-se eleições (09-05-62), em que foi escolhido para a presidência da Direcção do ano seguinte o Carlos Pereira de Carvalho (que teve como vice-presidente o José António Moreira e primeiro secretário o Fernando Rodrigues Paiva) e da Assembleia geral o Boaventura Sousa Santos, ambos alunos da Faculdade de Direito.

Aquele já era vice-presidente da Direcção e subdirector da revista «Estudos», onde sucedera ao João Bigotte Chorão que desempenhara o cargo durante três anos. A revista fez-se frequente eco dos acontecimentos, dedicando-lhes considerações muito oportunas. Podem ler-se, com utilidade, nas edições desse ano, entre outros, três escritos elucidativos do Carlos Carvalho: «Legislação sobre actividades circum-escolares» (pp. 64-67), «Questões Académicas» (pp. 302-312) e «Para que conste» (pp. 374-377). Também eu lhe dediquei algumas páginas, com destaque para uma tentativa de síntese: «Temas do momento académico» (pp. 287-291), posteriormente incluídos no livro *Reflexões – para a juventude católica univer-sitária* (Coimbra, 1964, pp. 206-211).

Só no ano lectivo seguinte a tranquilidade e bom senso regressaram à academia.

5. *Que relação vê entre o Maio de 68 e as transformações verificadas posteriormente em Portugal?*

Não ousou pronunciar-me sobre a origem, evolução e efeitos da agitação académica e política de 1969 em Portugal, sobretudo em Coimbra e, de modo especial, no CADC. No meio académico coimbrão sobressaiu o então Presidente da Associação Académica Alberto Martins, actual deputado e porta-voz do Partido Socialista, na Assembleia da República.

As razões ficaram acima indicadas: ausente em África e a braços com problemas locais muito graves e absorventes, acompanhava aquela de longe, com preocupação e angústia, mas sem conhecer pormenores.

A revista *Estudos* foi dando notícias, relatos e reflexões minuciosas, ao longo do ano. Veja-se sobretudo o cuidadoso trabalho intitulado «Coimbra 68-69, um pouco de história», na volumosa edição de 1969 (pp. 105-224).

Aquela Instituição, já com sete dezenas de anos de história, repleta de benevolências – tendo ultrapassado, com firmeza e galhardia, as profundas transformações sócio-políticas e constitucionais, trazidas pelas revoluções de 1910 e 1926, bem como os reflexos das Guerras mundiais de 1914-18 e 1939-45 – sofreu-lhe os efeitos, agravados com alguma crise eclesial, sentida no imediato após-Concílio.

Em 1970, por dificuldades internas, os dirigentes do CADC decidiram a suspensão de actividades desta benemérita e quase secular Instituição.

No ano seguinte, o Bispo de Coimbra, depois de ouvir vários sócios, sobretudo antigos – com destaque para o Dr. A. Barbosa de Melo, que fora Presidente da Direcção no ano escolar de 1957-58 – aceitou a suspensão, mas sem o extinguir, estabelecendo, na muito valiosa e funcional sede do histórico Organismo académico católico, o Instituto Universitário Justiça e Paz. Sem o conseguir inteiramente, este continuaria, de algum modo as actividades culturais e pastorais no mesmo âmbito. Simultaneamente, suspendeu-se a publicação da revista *Estudos* que, ao longo de quase meio século de existência e meio milhar de números ou fascículos editados – fenómeno raro, se não único, no ambiente estudantil – granjeara merecido prestígio e aceitação, no mundo cultural português.

Muitos sócios antigos – sector que sempre desempenhou papel activo na vida do CADC – não se resignavam a tal situação.

Aproveitou-se a proximidade da passagem do centenário da sua criação (1901-2001), para agitar a ideia e relançar o movimento de reanimação do CADC. Em boa hora tal sucedeu.

Em 2000, reuniu um grupo de antigos Presidentes para programar as comemorações centenárias. Daí nasceu o Congresso de 17 e 18 de Março de 2001, sob o tema «O CADC na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa», com a participação de 450 sócios antigos (em que me incluí).

Em 8 de Dezembro seguinte, efectuou-se uma Assembleia Geral – tradicional neste dia – que decidiu renovar a Instituição, com actualização dos Estatutos e inscrição de novos sócios, tendo-se nomeado para o efeito uma *Comissão de Reinstalação*. Um ano depois, outra Assembleia Geral aprovou os novos Estatutos e elegeu uma *Comissão Directiva*, válida até ao ano seguinte (encarregada de ressuscitar a revista *Estudos*). Uns e outra foram homologados pelo Bispo diocesano.

Finalmente, no dia 8 de Dezembro de 2003, em nova Assembleia Geral, procedeu-se à eleição da Mesa desta, da Direcção e do Conselho Fiscal, bem como à apresentação do primeiro número da nova série da revista *Estudos*. Para Presidente da Direcção, foi eleito o Prof. Doutor José Carlos Seabra Pereira, que também assumiu a responsabilidade da revista, de acordo com a antiga tradição. O Bispo de Coimbra procedeu à homologação, tal como à nomeação do Cónego Doutor João Evangelista Pimentel Lavrador para o cargo de assistente eclesiástico.

Deste modo, regressou, em cheio, a secular Instituição universitária católica de Coimbra, à sua tradicional e benemérita actividade. Congratulemo-nos com isso.